



ACÓRDÃO Nº995/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11576/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Custeio ao Plano de Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus.
- 4- **Responsável:** Roberto Valiante de Souza (Ordenador de Despesa).
- 5- **Exercício:** 2018.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4198/2020-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Custeio ao Plano de Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus. Exercício de 2018.

Regularidade. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular a Prestação de Contas Anual do **Fundo de Custeio ao Plano de Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus - FUNSERV**, referente ao **exercício de 2018**, de responsabilidade Senhor **Roberto Valiante de Souza**, Gestor do FUNSERV e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Dar quitação ao Senhor **Roberto Valiante de Souza**, Gestor do FUNSERV e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.3. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.3.1. Constata-se que a rubrica Fornecedores e Contas a Pagar a



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº995/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Curto Prazo variou 68,76%, em relação ao exercício anterior. Justificar, preferencialmente, de forma quantitativa essa expressiva mudança na supracitada rubrica, em desacordo com o artigo 25 da Lei n.º 8.666/1993.

10.3.2. Ausência dos seguintes itens na ficha funcional de alguns servidores: rasura na data de nascimento; data de nomeação; data da posse; PIS/PASEP; telefone; assinatura do presidente da entidade empregadora; telefone; estado civil; regime jurídico; matrícula; vencimentos/salários, assim, contrariando o artigo 5º da Lei nº 12.527/2011.

10.3.3. Ausência de justificativas das inexigibilidades referentes aos contratos abaixo: (Processo nº. 2018/4427/4429/03566; Processo nº. 2018/4427/4429/03600), descumprindo o artigo 25 da Lei n.º 8.666/93.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Outubro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral